



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(Do Sr. Roberto Freire)

Requer a realização de audiência pública para debater as denúncias de irregularidades no Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base no art. 24, inciso III, art. 255 e art. 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, a realização de Audiência Pública para debater as denúncias de irregularidades no Ministério do Trabalho e Emprego, envolvendo a liberação de recursos para Organizações Não Governamentais – ONG's, veiculadas na edição nº 2.242, da revista Veja .

Para a ocasião desta Audiência Pública, solicito ainda, com base no art. 24, inciso VII, do RICD, as presenças das seguintes pessoas:

- **Sr. ANDERSON ALEXANDRE DOS SANTOS**, ex-Coordenador-Geral de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego;
- **Sr. MARCELO PANELLA**, ex-Chefe de Gabinete do Ministério do Trabalho e Emprego;
- **Sr. WALTER DE CARVALHO**, Instituto Êpa!;
- **Sr. ADAIR MEIRA**, Fundação Pró-Cerrado, Funcer e Renapsi; e
- **Sra. MARTHA DEL BELLO**, Instituto Oxigênio.

JUSTIFICATIVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Conforme denúncia da Revista Veja, edição nº 2.242, páginas 104 a 109, e posteriormente fartamente noticiado por toda a mídia, servidores do Ministério do Trabalho e Emprego, estão envolvidos em um esquema de extorsão de empresas conveniadas com o ministério. Tais servidores cobrariam pedágios das empresas que assinam contratos com o governo.

Segundo notícias, a Empresa Oxigênio, que detinha contratos para a realização de cursos de qualificação profissional de trabalhadores em São Paulo em 2009, o Instituto Êpa, que assinou convênio para qualificação de trabalhadores em construção civil no Vale do Açu (RN) em 2010 e agora os institutos Funcer, Renapsi e Fundação Pró-Cerrado sofreram ataques da quadrilha. Este último continua recebendo repasses de recursos mesmo estando sob investigação do Ministério Público Federal e da Controladoria Geral da União por graves irregularidades em contratos com o próprio Ministério do Trabalho e Emprego. Inclusive, a Procuradoria-Geral da República – PGR já ajuizou uma ação pedindo a devolução de R\$ 14 milhões por parte da Pró-Cerrado aos cofres públicos.

Por outro lado, o Ministro Carlos Lupi nada fez de efetivo para apurar as denúncias. Não solicitou intervenção da CGU, da polícia federal, tampouco do Ministério Público. Apenas demitiu o Sr. Marcelo Panella, chefe de gabinete da pasta há quatro anos, como se isso fosse suficiente para elucidar tais questões.

Em recente entrevista o Sr. Panella negou acusações e informou que deixou a pasta por não ter se adaptado em Brasília. O Ministro Lupi minimizou as acusações e afirmou que seu ministério fez um pente fino completo dos convênios com entidades sem fins lucrativos, disse na entrevista que “Tem muita gente graúda incomodada com a minha presença no ministério, mas pode dizer que eles vão ter que me engolir”.

Face as graves denúncias é importante solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de novembro de 2011.

Deputado ROBERTO FREIRE

PPS/SP